




**VELOSO
& ASSOCIADOS**
SOCIEDADE DE REVISORES OFICINAIS DE CONTAS

CONFERÊNCIA OE 2019


PROGRAMA

Manhã [9.30h]

- » Registo dos Beneficiários Efetivos e Regimes Excepcionais de Regularização Tributária;
MNA Advogados
- » Os desafios das Regularizações do IVA nos casos de Mora e de Incobabilidade;
VLP SROC
- » Benefícios Fiscais (DLRR, RFAI, Remuneração Convencional do Capital e Criação Líquida de Emprego);
VLP SROC

Tarde [14.30h]

- » Principais alterações fiscais contidas no Orçamento de Estado para 2019;
VLP SROC
- » Fiscalidade e contabilidade com tecnologia: O Ficheiro SAF-T, SVAT e IES - Impacto na Contabilidade;
Primavera BSS
- » As novas exigências da contabilidade e fiscalidade como oportunidade para a melhoria da gestão empresarial.
Value Added Partners


**VELOSO
& ASSOCIADOS**
SOCIEDADE DE REVISORES OFICINAIS DE CONTAS

- ORÇAMENTO ESTADO 2019-

Lei 71/2018, de 31 de dezembro

18 de janeiro de 2019

Oscar Veloso

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)

Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS)

Art. 10º e 43º - Mais-valias

As mais-valias obtidas com a alienação dos imóveis afetos à habitação própria e permanente dos sujeitos passivos, que tenham beneficiado de apoio não reembolsável concedido pelo Estado para a aquisição, construção, reconstrução ou realização de obras de conservação de valor superior a 30% do respetivo VPT e que sejam vendidos antes de decorridos 10 anos a contar da data de aquisição, da assinatura da declaração comprovativa da receção da obra ou do pagamento da última despesa relativa ao apoio público não reembolsável, deixam de poder aproveitar o regime de reinvestimento, passando a estar sujeitas a tributação.

Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS)



Art. 10º e 43º - Mais-valias

Adicionalmente, na mesma situação e independentemente da afetação do imóvel, as mais-valias passam a estar sujeitas a tributação pela totalidade e não em metade do seu valor, conforme previsto para as restantes mais-valias imobiliárias.

No apuramento da mais-valia dos imóveis na situação referida, apenas são considerados como despesas e encargos a abater a parte que exceder o valor do apoio não reembolsável recebido.

Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS)



Art. 10º e 43º - Mais-valias

As mais-valias obtidas com a alienação dos imóveis afetos à habitação própria e permanente dos sujeitos passivos que se encontrem em situação de reforma, ou tenham, pelo menos, 65 anos de idade, estarão excluídas de tributação se o valor de realização, deduzido da amortização de eventual empréstimo, for utilizado para a aquisição de um contrato de seguro ou de uma adesão individual a um fundo de pensões aberto, ou ainda para a contribuição para o regime público de capitalização.

Condições:

O reinvestimento deverá ser efetuado nos 6 meses posteriores à data da realização;

No caso de contrato de seguro ou adesão individual a um fundo de pensões aberto, estes visem exclusivamente proporcionar ao SP ou cônjuge, uma prestação regular ou periódica de montante máximo anual igual a 7,5% do valor investido.

Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS)



Art. 12º - Delimitação negativa de incidência

Passam também a estar excluídas de tributação, até ao limite anual de 2.375€, as compensações atribuídas pelas federações titulares do estatuto de utilidade pública desportiva, pelo desempenho não profissional das funções de juizes e árbitros.

Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS)



Art. 12º-A -Regime Fiscal aplicável a ex-residentes

Serão excluídos de tributação 50% dos rendimentos de trabalho dependente e dos rendimentos empresariais e profissionais dos sujeitos passivos que se tornem residentes fiscais em Portugal em 2019 ou 2020, que não tenham aqui sido considerados residentes fiscais nos últimos três anos e tenham aqui sido considerados residentes fiscais antes de 31 de dezembro de 2015.

Para aproveitar este regime, os sujeitos passivos não poderão inscrever-se como Residentes Não Habituais.

Este regime é aplicável aos rendimentos auferidos no ano em que o sujeito passivo se torna residente e nos quatro anos seguintes.

Durante o período de sujeição a este regime, as entidades obrigadas a efetuar retenções na fonte, deverão aplicar as respetivas taxas a metade do rendimento pago ou colocado à disposição.

Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS)



Art. 60º - Prazo de entrega da declaração

A declaração de IRS passa a poder ser entregue entre 1 de abril a 30 de junho, independentemente de este dia ser útil ou não útil.

Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS)



Art. 71º - Taxas Liberatórias

Para os rendimentos de trabalho de fonte portuguesa auferidos por não residentes provenientes de uma única entidade, deixa de haver retenção na fonte até ao valor da retribuição mínima mensal garantida. A taxa de retenção aplicável era de 25%.

Para evitar a retenção, o beneficiário dos rendimentos deverá emitir uma declaração à entidade devedora, comunicando que não auferiu o mesmo tipo de rendimento de outras entidades residentes em território português.

Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS)



Art. 72º - Taxas Especiais

As mais-valias imobiliárias obtidas por não residentes que sejam domiciliados em país, território ou região sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, passam a ser tributadas à taxa de 35%.

Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS)



Art. 78º-B - Dedução das despesas gerais familiares

O valor das deduções à coleta resultante das despesas gerais familiares deverá ser calculado pela Autoridade Tributária (AT), com base nas faturas que lhe foram comunicadas, até ao dia 25 de fevereiro do ano seguinte (contra o dia 15 de fevereiro), disponibilizando no Portal das Finanças, até ao dia 15 de março, o montante das deduções à coleta apurado.

Os contribuintes poderão reclamar do montante calculado pela AT, até ao dia 31 de março do ano seguinte (contra o dia 15 de março)

Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS)



Art. 99º-C - Retenção na fonte nos rendimentos do trabalho dependente

Os rendimentos resultantes do trabalho suplementar passam a ser sujeitos a retenção na fonte de forma autónoma, aplicando-se-lhe a mesma taxa de retenção que é aplicada ao restante rendimento. Anteriormente, a taxa de retenção na fonte era definida em função de todo o rendimento auferido no mês.

O mesmo princípio aplica-se às remunerações relativas a anos anteriores àquele em que são pagas ou colocadas à disposição.

Note-se que não se verifica uma redução de IRS, mas sim e apenas uma redução das taxas de retenção na fonte aplicáveis.

Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS)



Art. 99º-C - Retenção na fonte nos rendimentos do trabalho dependente

Relativamente às remunerações relativas a anos anteriores, para a determinação da taxa a aplicar, o valor é dividido pela soma do número de meses a que respeitam, sendo a taxa assim determinada aplicada à totalidade das remunerações.

Exemplo: remunerações referente a anos anteriores: 3.000€, correspondente a 3 meses. $3.000\text{€} / 3 = 1.000\text{€}$ - a taxa de retenção será a prevista para a remuneração de 1.000€ e será aplicável aos 3.000€.

Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS)



Regime Simplificado (disposição transitória)

Estabelece-se a possibilidade de alterar, face aos valores constantes do e-fatura, o valor dos encargos com pessoal, rendas de imóveis e outras despesas com aquisição de bens e serviços, necessários ao desenvolvimento da atividade independente, aquando da entrega da declaração de IRS, se devidamente documentados. Contudo, contrariamente ao ano anterior, para o IRS de 2018, a eventual reclamação destes valores não terá que ser feita até ao dia 15 de março, mas sim até 15 dias após a solicitação por parte da AT.

Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS)



Deduções à coleta (disposição transitória)

Mantém-se o regime transitório que permite alterar, face aos valores constantes do e-fatura, o valor das despesas de saúde, educação, imóveis e encargos com lares aquando da entrega da declaração de IRS. Contudo, contrariamente ao ano anterior, para o IRS de 2018, a eventual reclamação destes valores não terá que ser feita até ao dia 15 de março, mas sim até 15 dias após a solicitação por parte da AT.

Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS)



Autorização Legislativa

O Governo fica autorizado a rever o regime de mais-valias em sede de IRS, nos casos de afetação de quaisquer bens do património particular à atividade empresarial e profissional exercida pelo seu proprietário, no sentido de tributar as mais-valias apenas no momento da alienação efetiva do bem.

Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS)



Lei 3/2019, 9 de janeiro - redução IRS contratos arrendamento longa duração

Art. 9º - Rendimentos da Categoria G

Excluem-se da tributação em sede de IRS, as indemnizações legalmente devidas pela denúncia de contratos de arrendamento sem termo, relativos a imóveis que constituam habitação permanente do sujeito passivo, nos casos previstos no artigo 1101.º do Código Civil.

Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS)



Lei 3/2019, 9 de janeiro - redução IRS contratos arrendamento longa duração

Art. 72º - Taxas de Tributação Autónoma Rendimentos Prediais

Prazo contrato arrendamento igual ou superior a 2 anos e inferior a 5 anos: 26% + redução de 2pp por cada renovação com igual duração, com o limite de 14pp

Prazo contrato arrendamento igual ou superior a 5 anos e inferior a 10 anos: 23% + redução de 5pp por cada renovação com igual duração, com o limite de 14pp

Prazo contrato arrendamento igual ou superior a 10 anos e inferior a 20 anos: 14%

Prazo contrato arrendamento igual ou superior a 20 anos: 10%

Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS)



Lei 3/2019, 9 de janeiro - redução IRS contratos arrendamento longa duração

Regulamentação

O Governo irá regulamentar, no prazo de 60 dias a partir da data de entrada em vigor da lei, os termos em que se verificam as reduções de taxa previstas no artigo 72.º CIRS

Entrada em vigor da Lei, aplicação no tempo e produção de efeitos

A lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019 e aplica -se a novos contratos de arrendamento e respetivas renovações contratuais, bem como às renovações dos contratos de arrendamento verificadas a partir de 1 de janeiro.

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)

Imposto sobre as Pessoas Coletivas (IRC)

Art. 28º-B - Perdas por imparidade em créditos

Passam a não ser aceites para efeitos fiscais as perdas por imparidade sobre créditos em mora entre empresas detidas, direta ou indiretamente, em mais de 10% do capital pela mesma pessoa singular ou coletiva (créditos entre sociedades “irmãs” ou “primas”). Anteriormente a não aceitação do gasto fiscal apenas se colocava entre sociedades participadas.

Tal exclusão não é aplicável nos casos em que o devedor tenha pendente processos de execução, de insolvência, especial de revitalização ou procedimento de recuperação de empresas por via extrajudicial ao abrigo do SIREVE e nos casos em que os créditos tenham sido reclamados judicialmente ou em tribunal arbitral.

Imposto sobre as Pessoas Coletivas (IRC)



Art. 40º - Provisão para a reparação de danos de carácter ambiental

Alarga-se o prazo de utilização da provisão para a recuperação de danos de carácter ambiental de três para cinco anos. A prorrogação do prazo de três, até ao máximo de cinco anos carece de comunicação prévia à AT, devendo as razões que a justificam integrar o processo de documentação fiscal.

Imposto sobre as Pessoas Coletivas (IRC)



Art. 45º-A - Ativos Intangíveis

Deixa de ser aceite para efeitos fiscais, em partes iguais, durante os primeiros 20 exercícios fiscais, o custo de aquisição dos ativos intangíveis adquiridos a entidades relacionadas, tal como definidas nos termos do regime de preços de transferência.

Imposto sobre as Pessoas Coletivas (IRC)



Art. 86º-B - Regime Simplificado

Revoga-se o valor mínimo de matéria coletável, que ascendia a 60% do valor anual da retribuição mensal mínima garantida.

Prevê-se a possibilidade de introdução de um novo Regime Simplificado, sendo que, até ao final do primeiro semestre de 2019, devem ser apresentadas propostas para a determinação da matéria coletável, com base em coeficientes técnico-económicos.

Imposto sobre as Pessoas Coletivas (IRC)



Art. 106º - Pagamento Especial por Conta

Os sujeitos passivos ficam dispensados de realizar o PEC, se não efetuarem o seu pagamento até ao final do terceiro mês do respetivo período de tributação e desde que tenham cumprido a entrega da Modelo 22 e da IES, relativas aos dois períodos de tributação anteriores.

A dispensa é válida por cada período de tributação e se verificados os requisitos.

Imposto sobre as Pessoas Coletivas (IRC)



Art. 120º - Declaração Periódica de Rendimentos

Em caso de cessação de atividade, a declaração de rendimentos relativa ao período de tributação em que a mesma se verificou deve ser enviada até ao último dia (útil ou não) do terceiro mês seguinte ao da data da cessação (contra 30 dias), aplicando-se o mesmo prazo ao envio da declaração periódica relativa ao período de tributação imediatamente anterior, quando ainda não tenha decorrido o prazo de entrega normal (31 de maio).



Imposto sobre o Valor Acréscimado (IVA)

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)



Taxa reduzida de IVA

Passam a ser tributadas à taxa reduzida:

Mel de cana tradicional (verba 1.8);

Livros, jornais, revistas de informação geral e outras publicações periódicas que se ocupem predominantemente de matérias de carácter científico, educativo, literário, artístico, cultural, recreativo ou desportivo em suporte digital (verba 2.1);

Soutiens, fatos de banho ou outras peças de vestuário de uso medicinal, constituídas por bolsas interiores, destinadas à colocação de próteses utilizadas por mastectomizadas, bem como próteses capilares destinadas a doentes oncológicos, desde que prescritas por receita médica (verba 2.8);

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)



Taxa reduzida de IVA

Passam a ser tributadas à taxa reduzida:

Utensílios e outros equipamentos exclusivos ou principalmente destinados a operações de socorro e salvamento adquiridos por associações humanitárias e corporações de bombeiros, bem como pelo Instituto de Socorros a Náufragos, pelo SANAS - Corpo Voluntário de Salvadores Náuticos e Instituto Nacional de Emergência Médica (verba 2.10);

Transporte de passageiros no âmbito de atividades marítimo-turísticas (verba 2.14);

Locação de próteses, equipamentos, aparelhos, artefactos e outros bens referidos nas verbas 2.6, 2.8 e 2.9 da Lista I anexa ao Código do IVA (verba 2.30);

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)



Taxa reduzida de IVA

Passam a ser tributadas à taxa reduzida:

Entradas em espetáculos de canto, dança, música, teatro, cinema, tauromaquia e circo, com exceção das entradas em espetáculos de carácter pornográfico ou obsceno, como tal considerados na legislação sobre a matéria (verba 2.32).

Prestações de serviços de limpeza e de intervenção cultural nos povoamentos e habitats, realizadas no âmbito da agricultura, da gestão da floresta e da prevenção de incêndios (verba 4.1);

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)



Alterações ao CIVA resultantes de transposições de Diretivas Comunitárias - Vales

Vales de finalidade única: casos em que os elementos necessários à determinação do imposto devido são conhecidos no momento da emissão ou cessão, sendo o IVA relativo aos bens/serviços que estes titulam devido nesse momento;

Vales de finalidade múltipla: casos em que os elementos necessários à determinação do imposto devido não são conhecidos no momento da emissão ou cessão, sendo o IVA relativo aos bens/serviços que estes titulam devido no momento em que a transmissão de bens ou prestação de serviços a que o vale diz respeito é efetuada. Se o direito a utilizar o vale caducar, o respetivo IVA é devido e exigível no momento em que ocorre a caducidade do direito à sua utilização.

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)



Serviços de telecomunicações, de radiodifusão ou televisão e serviços prestados por via eletrónica

Os serviços de telecomunicação, de radiodifusão ou televisão e serviços prestados por via eletrónica, nomeadamente os descritos no anexo D, cujo valor total do ano anterior ou do corrente ano não supere o montante de € 10.000, prestados a uma pessoa que não seja sujeito passivo, são tributados na sede do prestador, desde que este tenha sede, estabelecimento estável ou, na sua falta, domicílio apenas nesse Estado Membro.

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)



Autorizações Legislativas

Aplicação da taxa reduzida para eletricidade e gás natural

O Governo fica autorizado a alterar a taxa aplicável à parte de montante certo da contrapartida devida pelos fornecimentos de eletricidade e gás natural paga pela adesão às respetivas redes para a taxa reduzida de IVA, mantendo a taxa normal ao montante variável a pagar em função do consumo.

Serviços de alimentação e bebidas

“Renova-se” a autorização do Governo para, no decorrer do próximo ano, ampliar o âmbito de incidência da verba 3.1 da Lista II do Código do IVA, por forma a aplicar a taxa intermédia a bebidas que atualmente se encontram excluídas.

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)



Autorizações Legislativas

Regime forfetário para cinema independente

O Governo fica autorizado a criar um regime simplificado de tributação em sede de IVA, que pode incluir um regime especial de compensação do IVA dedutível no âmbito de um regime forfetário, direccionado para salas independentes de cinema e espaços de exibição pública de obras cinematográficas e audiovisuais de carácter independente, bem como a avaliar o regime de dedução de imposto no restante setor.

Autoliquidação do imposto

O Governo fica (novamente) autorizado a introduzir o mecanismo da inversão do sujeito passivo na aquisição de cortiça, madeira, pinhas e pinhões com casca.



Imposto do Selo (IS)

Imposto do Selo (IS)



É prorrogada até 31 de dezembro de 2019 a norma que prevê o agravamento em 50% das taxas de Imposto do Selo sobre o crédito ao consumo. Esta prorrogação é acompanhada pelo aumento das taxas base.

Conjugando os dois efeitos, as taxas de Imposto do Selo sobre o crédito ao consumo serão aumentadas para 0,192% no caso do crédito de prazo inferior a um ano, por cada mês ou fração (anteriormente 0,12%); 2,4% no caso do crédito de prazo igual ou superior a um ano, bem como no caso do crédito de prazo igual ou superior a cinco anos (anteriormente 1,5% para ambos os casos). No caso do crédito por prazo indeterminado, a taxa aplicável sobre a média mensal da dívida passará para 0,192% (anteriormente 0,12%).



Imposto Municipal sobre Imóveis e AIMI (IMI)

Imposto Municipal sobre Imóveis e AIMI (IMI)



Adicional de IMI (AIMI)

Nas locações financeiras imobiliárias, não é permitido que os locadores repercutam sobre os locatários financeiros o AIMI, caso o valor patrimonial tributário dos imóveis objeto de locação financeira não exceda € 600.000.

É introduzido um “adicional” ao AIMI: no caso de pessoas singulares ou pessoas coletivas, relativamente aos prédios não afetos à sua atividade, ao valor tributável superior a 2.000.000€ é aplicada a taxa marginal de 1,5%.

Imposto Municipal sobre Imóveis e AIMI (IMI)



Prazo pagamento IMI

A liquidação do IMI passa a ser efetuada entre fevereiro e abril.

O IMI passa a ser pago no mês de maio, quando o seu montante seja igual ou inferior a € 100; nos meses de maio e novembro, quando o seu montante seja superior a € 100 e igual ou inferior a € 500; nos meses de maio, agosto e novembro, quando o seu montante seja superior a € 500.

Imposto Municipal sobre Imóveis e AIMI (IMI)



Autorização Legislativa IMI

O Governo fica autorizado a alterar as regras para a classificação dos prédios urbanos ou frações autónomas como devolutos, de forma a garantir uma maior operacionalidade das mesmas, definindo também o conceito de «zona de pressão urbanística».

Prevê-se também que os Municípios possam proceder ao agravamento da taxa de IMI aplicável a prédios urbanos ou frações autónomas que se encontrem devolutos há mais de dois anos, localizados em zonas de pressão urbanística, elevando-a ao sêxtuplo, prevendo ainda um aumento de 10% em cada ano subsequente, com um limite máximo de 12 vezes.



Benefícios Fiscais

Benefícios Fiscais



Art. 24º EBF - OIC em recursos florestais

Nas entradas em espécie para subscrição de unidades de participação ou participações sociais realizadas por pessoas singulares, não é apurado o rendimento derivado da transferência, sendo considerado como valor de aquisição das entradas pelo OIC, o respetivo valor de aquisição dos prédios.

É alargado este regime às sociedades de investimento imobiliário (anteriormente estavam apenas previstos os fundos de investimento imobiliário).

Benefícios Fiscais



Art. 27º EBF - Mais-valias realizadas por não residentes

Não beneficiam da isenção as mais-valias resultantes da transmissão onerosa de partes de capital ou de direitos similares em quaisquer entidades que não sejam residentes em território português quando, em qualquer momento durante os 365 dias anteriores, o valor dessas partes ou direitos resulte, direta ou indiretamente, em mais de 50% de bens imóveis ou direitos reais sobre bens imóveis que estejam situados em território português (exceto se afetos a atividade agrícola, industrial ou comercial, que não a compra e venda de imóveis).

Benefícios Fiscais



Art. 41-Bº EBF - Benefícios fiscais aplicáveis aos territórios do interior

Despesas de formação e educação

As despesas de educação e formação incorridas por estudantes que frequentem estabelecimentos de ensino situados em territórios do interior, identificados na Portaria 208/2017, de 13 de julho, passam a ser majoradas em 10 pontos percentuais. Adicionalmente, o limite global da dedução à coleta relativa a despesas de formação e educação é elevado de € 800 para € 1000, desde que a diferença seja relativa a estas despesas.

Benefícios Fiscais



Art. 41-Bº EBF - Benefícios fiscais aplicáveis aos territórios do interior

Encargos com imóveis

O limite da dedução à coleta dos encargos com imóveis localizados em territórios do interior é incrementado de € 502 para € 1.000, desde que esses encargos resultem da transferência da residência permanente do contribuinte para um território no interior, que esteja identificado na Portaria 208/2017 de 13 de julho. O referido limite de € 1.000 é aplicável durante três anos, a partir do da celebração do contrato de arrendamento (inclusive).

DLRR

A dedução máxima dos lucros retidos e reinvestidos beneficia de uma majoração de 20% para as entidades localizadas nos territórios do interior. Este benefício fiscal está sujeito às regras europeias aplicáveis em matéria de auxílios de *minimis*.

Benefícios Fiscais



Art. 59-Gº EBF - Entidades de gestão florestal e unidades de gestão florestal

As pessoas singulares não residentes passam a beneficiar do regime estabelecido para os titulares de participações sociais em EGF.

Os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS, quando decorrentes de arrendamentos a EGF e o saldo das mais-valias e menos-valias derivadas da alienação de prédios rústicos a EGF são considerados em 50% do seu valor. As entradas em espécie no capital de EGF de prédios rústicos destinados à exploração florestal não são sujeitas a tributação. Estes benefícios são aplicáveis até 31 de dezembro de 2020, mantendo-se pelo prazo de 12 anos no que diz respeito a arrendamentos.

Benefícios Fiscais



Art. 59-Gº EBF - Entidades de gestão florestal e unidades de gestão florestal

Na esfera dos sujeitos passivos de IRC, a isenção dos rendimentos respeitantes a participações sociais em EGF passa a aplicar-se independentemente da detenção das entidades não residentes em mais de 25% por entidades (ou pessoas singulares) residentes, quando estas sejam residentes de outro Estado Membro da UE, do EEE vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade ou com o qual tenha sido celebrada uma Convenção para eliminação da dupla tributação que preveja a troca de informações.

Ao nível do IS, é estabelecida uma isenção para as aquisições onerosas do direito de propriedade ou de figuras parcelares desse direito relativas a prédios rústicos destinados à exploração florestal, desde que não sejam transmitidos nos dois anos subsequentes, bem como para os créditos concedidos e utilizados por EGF e para os juros decorrentes dessas operações, quando o imposto do selo constitua seu encargo.

Benefícios Fiscais



Art. 60º EBF - Reorganização de empresas em resultado de operações de reestruturação ou de acordos de cooperação

As isenções de IMT, Imposto do Selo e de emolumentos no âmbito de operações de reestruturação ou acordos de cooperação passam a ser automáticas, no caso de cisão e aplicáveis também às operações de fusão e cisão envolvendo confederações e associações patronais e sindicais, bem como associações de cariz empresarial ou setorial, com as necessárias adaptações.

É estabelecida uma norma anti-abuso segundo a qual as referidas isenções deixam de ser aplicadas quando se conclua que as operações tiveram como principal ou um dos principais objetivos obter uma vantagem fiscal, procedendo-se então, às correspondentes liquidações adicionais de imposto majoradas em 15%.

Benefícios Fiscais



Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI)

O limite de investimento elegível que beneficia da aplicação da taxa de 25%, passa de € 10 milhões para € 15 milhões, mantendo-se a taxa de 10% para investimentos superiores ao novo limite.

Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR)

O montante máximo dos lucros retidos e reinvestidos é aumentado para € 10 milhões (anteriormente, € 7,5 milhões).

Benefícios Fiscais



Mecenato

Os donativos atribuídos por pessoas singulares ou coletivas à Estrutura de Missão para as Comemorações do V Centenário da Circum-Navegação comandada pelo navegador português Fernão de Magalhães (2019-2022) são enquadráveis nos benefícios fiscais ao mecenato cultural.

Dívida pública em mercado chinês

Prevê-se a isenção em IRS e IRC para os juros decorrente de obrigações de dívida pública portuguesa denominadas em *renminbi* colocadas no mercado doméstico de dívida da República Popular da China.

Esta isenção é aplicável quando os detentores ou subscritores sejam não residentes sem estabelecimento estável em território português ao qual o empréstimo seja imputado, com exceção de residentes em paraísos fiscais. A informação relativa à residência fiscal do beneficiário deve ser comprovada aquando da subscrição junto do IGCP, E.P.E.

Benefícios Fiscais



Isenções IMT

Deixam de estar isentas de IMT as aquisições de imóveis efetuadas por Fundos de Investimento Imobiliário e as aquisições de prédios ou de frações autónomas inseridas no regime de utilidade turística.

Faturação eletrónica

Faturação Eletrónica Contratos Públicos

Decreto-Lei nº123/2018, 28 de dezembro

Preâmbulo

“A implementação da faturação eletrónica em Portugal assume-se como um programa de transformação digital, processual e funcional, assente na normalização, otimização e automatização processual do ciclo da despesa e do ciclo da receita, promovendo a agilização e desmaterialização do relacionamento existente entre as entidades públicas, e destas com os agentes económicos privados, reduzindo os prazos de pagamento, os custos de operação e de transação e garantindo maior fiabilidade e transparência em todas as atividades do processo.

Tratando-se de um formato eletrónico desmaterializado, alarga-se a possibilidade de automatização de processos entre entidades públicas numa perspetiva de interoperabilidade dos dados, eliminado, assim, tarefas de intervenção humana que não acrescentem valor, com a melhoria da qualidade e tempestividade da informação.”

Faturação Eletrónica Contratos Públicos



Decreto-Lei nº123/2018, 28 de dezembro

Ao contrário do prazo inicialmente previsto, 1 janeiro de 2019, passam a estar previstos os seguintes prazos:

Os contraentes públicos referidos no artigo 3.º do CCP (Estado, Regiões Autónomas, autarquias locais, institutos públicos, entidades administrativas independentes, Banco de Portugal, fundações públicas, associações públicas (...)) são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos;

Faturação Eletrónica Contratos Públicos



Decreto-Lei nº123/2018, 28 de dezembro

O prazo referido anteriormente é alargado até 18 de abril de 2020 para os contraentes públicos que não integrem as alíneas a) e d) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP, ou seja, que não sejam Estado ou Institutos públicos;

Até 17 de abril de 2020 os cocontratantes podem utilizar mecanismos de faturação diferentes da faturação eletrónica, sem prejuízo do estabelecido no ponto seguinte.

O prazo referido anteriormente é alargado até 31 de dezembro de 2020 para as micro, pequenas e médias empresas, definidas nos termos da Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, e para as entidades públicas enquanto entidades cocontratantes.



VELOSO & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Obrigado e um Bom Ano de 2019!



SIX MONTHS OLD AND I STILL HAVEN'T BEEN SUED OR AUDITED. LIFE IS GOOD!

© Randy Glasbergen GLASBERGEN
www.glasbergen.com



VELOSO & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

VELOSO & ASSOCIADOS - SROC, LDA
 AV. DA LIBERDADE, 682, 1.º FUR. | 4710-249 BRAGA
 T. 253 272 100 | C. 253 272 101
 WWW.VLA.PT